

a vida não é justa



**andréa
pachá**

edição comemorativa de 10 anos



**a vida
não
é justa**

**andréa
pachá**

**Edição
comemorativa
de dez anos**



Copyright © 2012 by Andréa Maciel Pachá

Preparação

Kathia Ferreira

Revisão

Carolina Rodrigues

Elisa Menezes

Iuri Pavan

Capa, projeto gráfico e diagramação

Angelo Bottino

Fernanda Mello

Foto de capa

Pete Starman/Photographer's Choice RF | Getty Images

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P116v

Pachá, Andréa, 1964-

A vida não é justa / Andréa Pachá. – 1. ed. – Rio de Janeiro :
Intrínseca, 2022.

224 p.

ISBN 978-65-5560-397-2

1. Crônicas brasileiros. I. Título.

22-80546

CDD: 869.8

CDU: 82-94(81)

Meire Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

13/10/2022 19/10/2022

[2022]

Todos os direitos desta edição reservados à

Editora Intrínseca Ltda.

Rua Marquês de São Vicente, 99, 6º andar

22451-041 – Gávea

Rio de Janeiro – RJ

Tel./Fax: (21) 3206-7400

www.intrinseca.com.br

*Para Léa e Miguel, minha mãe e meu pai, pela sorte
de um amor que completa sessenta anos.*

*Para Kike, João e Marta, porque uma vida com
amor é uma vida que vale a pena.*

Sumário

APRESENTAÇÃO 9

Se eu pudesse esse amor todo dia 19

Ser feliz não é destino 26

Vazios na memória 32

A cremação de Narciso 37

Evasão de privacidade 41

Paternidade ostentação 47

O portal da insensatez 51

É assim no final? 60

Fala quem pode 64

Tem coisa que não se pergunta 68

Molhadinha25 72

O que os olhos não veem... 79

Quem cuida dele? 83

Era só o que faltava... 87

Sagrado é um samba de amor 91

Cale-se para sempre 95

Doença inventada não cura 101

Direito ao sonho 105

Nem tudo é verdade	109
Quando o amor acaba em silêncio	113
Mais valem dois pais na mão	119
Casamento não é emprego	123
Brincando de casinha	127
Em nome do pai	130
Poderoso é quem resolve	134
Toma que o filho é teu!	137
Sem padecer no paraíso	141
Liberdade ainda que tardia	148
Sem crime, sem castigo	152
Mas eu amo aquele homem...	155
Gabriel no Alemão	161
As melhores intenções	165
Ele amava Catarina	169
Fiel todos os dias da vida	172
Reconciliação	177
Um dia de cada vez	182
No meio do nada tinha uma história	188
O enterro do filho de Édipo	192
Mereça a moça que você tem	196
Um não ama por dois	199
Todo dia e nem sempre igual	204
Papai Noel não existe	208
Deixa o inverno passar	215
A VIDA É RUIM, MAS É BOA <i>Alcione Araújo</i>	219
AGRADECIMENTOS	222

Apresentação

Não é fácil ser contemporânea das transformações. A ação do tempo e as mudanças da vida são, na maioria das vezes, imperceptíveis. Assim como o fim do amor, cujo momento não se consegue diagnosticar até que leve a rompimentos e rupturas. Também as trivialidades, os comportamentos, as modas e os costumes alteram a rotina e se instalam sem que sejam percebidos. Quando encaramos a deterioração, na estrutura da realidade, aparentemente inexplicável, é inevitável questionar: como chegamos até aqui?

Durante quase vinte anos, assisti, como uma espectadora privilegiada, às histórias de amores que chegavam ao fim. E foi desse lugar que acompanhei as transformações que emanciparam as mulheres, criaram redes de proteção para idosos, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência. Como magistrada, contribuí na construção da jurisprudência que se alterava, na medida em que os ares democráticos circulavam pelo país.

A vida não é justa é resultado desse trabalho. Foram quase duas décadas presidindo milhares de audiências que envolviam divórcios, pensão alimentícia, guarda, partilha de bens. Foram quase vinte anos me emocionando profundamente. Não houve um dia, nesse período, sem que eu voltasse para casa angustiada com a impotência da Justiça quando o amor acabava. Também não houve um dia sem que eu me assombrasse com a sensação de desamparo daqueles

que faziam projetos, sonhavam juntos, cuidavam uns dos outros, e se viam em um tribunal, exibindo as vísceras e vomitando fel.

Há dez anos, quando concluí os textos para publicação, eu não imaginava, nem em sonho, que as histórias, escritas como forma de tentar entender o amor quando ele chegava ao fim, pudessem também representar as mudanças sociais, políticas, econômicas e afetivas que alteravam profundamente a realidade no Brasil.

Eu poderia ter escrito artigos acadêmicos, teses jurídicas, para falar dos processos que envolviam os casais e as famílias. Escolhi contar histórias. Há lugares aonde apenas a potência da ficção é capaz de chegar.

Me interessavam mais as pessoas do que as formalidades dos códigos e das leis. Me inquietavam mais as expectativas daqueles que imaginavam que um juiz pudesse dar conta da devastação de um amor fracassado do que as sentenças e decisões que pouco solucionavam os impasses.

As personagens que inventei nasceram da vida, das tragédias, dos dramas e dos desejos de encontrar uma justiça que desse conta do desamparo causado por um amor que chegava ao fim.

Mesmo com a fragilidade das uniões, que não dependiam apenas da ordem e da lei, mas da liberdade e da escolha, os relacionamentos amorosos me comoviam. Ainda que os divórcios aumentassem, e os impactos das mudanças políticas, econômicas e sociais chegassem aos casais e às famílias, as rupturas, mesmo violentas, suscitavam um olhar de reconhecimento humano e de compreensão. Qualquer pessoa era capaz das maiores paixões, e das maiores ignomínias, em momentos de dor aguda.

Dez anos se passaram desde então. E a vida continua injusta. Hoje, cercados de sinais confusos e propensos a mudanças rápidas e imprevisíveis – como diagnosticou Bauman –, talvez tenha sido ferida de morte a nossa capacidade de amar. O sociólogo não se refere aos amantes e afetos, mas indica o quanto é prejudicada nossa capacidade de tratar um estranho, um outro com humanidade.

Até então, a grande transformação experimentada pelas famílias e pelo direito das famílias havia sido a inserção do afeto, do cuidado e do bem-estar como seus elementos estruturantes. Famílias patriarcais e autoritárias, cuja linguagem era o silêncio, se transformaram pelo uso da palavra e da comunicação amorosa. Tal fato, aliado ao reconhecimento de que a pluralidade deve ser respeitada, resultou na pactuação de novas possibilidades de convívio, para atender ao princípio da dignidade, consagrado na Constituição Federal.

No entanto, as modificações são contínuas. E é impossível ignorar a ação da sociedade de consumo e da linguagem, massificada pelo uso das redes sociais. Novos conflitos emergiram na década que passou e têm sido enfrentados não apenas nos tribunais, mas nos consultórios terapêuticos e psiquiátricos e nas mesas de mediação, a exigir permanente observação para atender adequadamente às mudanças.

Foi na década que passou que, movidos pela insatisfação de toda ordem, milhares de pessoas, na maioria jovens, foram às ruas. Bradavam por mais educação, transporte público, direito à voz, liberdade sexual, direito ao trabalho e ao lazer. Do acesso ao consumo ao direito à felicidade, costuraram uma pauta tão ampla quanto as promessas constitucionais que não chegaram à efetividade.

O impacto das transformações familiares e das crises de referências, especialmente de referências de limites e autoridade, pôde ser percebido pelo aparente caótico movimento que emergia e se impunha. Novas demandas, outrora privadas, invadiam o espaço público e exigiam novos pactos sociais.

No entanto, a fragmentação das relações pessoais e a linguagem das redes sociais inauguraram um novo fenômeno, de consequências imprevisíveis. Direito à felicidade passou de categoria de direito fundamental a projeto subjetivo de prazer. O narcisismo crescente se interpôs nas relações humanas e fraternas. Novos valores começaram a desafiar a Justiça, e o meu olhar, que insiste na linguagem do afeto.

A felicidade, que inicialmente alavancou mudanças significativas e que poderia ser associada ao bem-estar, aos valores de ética, solidariedade e humanidade que até aqui alicerçavam nossos ideais, passa a ser uma imposição. Não há consumidor infeliz.

Como saber se somos felizes e o que precisamos para encontrar a felicidade, nesse cenário nublado que impõe a felicidade como obrigação, dever, e não como direito?

É por meio da linguagem que nos relacionamos, classificamos, nomeamos e identificamos o outro. É a linguagem que demarca as diferenças no processo de alteridade. É pela diferença entre o eu e o outro que representações sociais, culturais e simbólicas se relacionam aos diversos modos de olhar e de representar. E, de uma hora para outra, fomos submetidos a uma linguagem rasa, pobre, binária e incompatível com a complexidade da nossa condição humana.

Em um ambiente em que todos são perfeitos, têm opiniões definitivas, sabem tudo, julgam a todos, convivem em bolhas que fortalecem as certezas e reúnem diante de um mesmo espelho aqueles que são iguais, o outro é facilmente ignorado, submetido ao silenciamento e ao linchamento. É um ambiente ideal para que o narcisismo das pequenas diferenças a que Freud se referiu ganhe musculatura. Um narcisismo coletivo que exhibe a obsessão de alguns em idolatrar a si próprios, negando as diferenças.

E é nesse cenário, diante dessas bolhas narcísicas que fulminam a alteridade, e onde as diferenças são vivenciadas como uma ofensa ao “eu”, que os conflitos familiares são gestados e levados ao Estado para solução. Narciso contemporâneo ainda não morreu afogado ou de inanição, e tem nos desafiado e nos contaminado com o ódio que é, em última análise, a ausência da linguagem. O reflexo desse comportamento irracional e idealizado tem causado dor não apenas no ambiente virtual.

Transbordando daquele espaço, se transforma em processos nas Varas de Família, criando conflitos fabricados, que utilizam o

Judiciário de forma disfuncional, ignorando, na maioria das vezes, o melhor interesse das crianças, das mulheres, dos mais vulneráveis, e com frequência violando a dignidade, princípio igualmente constitucional.

E não foi apenas uma década turbulenta em razão das transformações. A pandemia de Covid-19, tragédia que deveria ter nos irmanado em humanidade, fez muitos estragos. Alguns físicos, concretos, definitivos. Outros sutis e devastadores. Subtraíu a vontade de rir, de brincar, de fazer planos, mesmo aqueles só idealizados que jamais se realizariam, mas que alimentavam a alma.

O silêncio da segunda quinzena de março de 2020 era envolto em muitas metáforas, mas o sentimento mais concreto era o medo. Medo da morte. Medo da solidão. Medo de tossir. Medo de abraçar. Medo de não poder segurar a mão da mãe no hospital. Medo de não poder sepultar o pai e a mãe. Medo do filho partir. Medo de não reencontrar os amores. Medo de comer. Medo. Medo infantil, daqueles que vinham com os pesadelos e só eram estancados com a luz acesa e a chegada da mãe no quarto. Mas não tinha mãe. Nem pai. Nem avó, nem avô. Era a primeira experiência mundial e coletiva na qual os mais velhos não sabiam o que dizer aos mais jovens.

O silêncio grave garantia a estabilidade possível. Todos tínhamos medo. Todos precisávamos fingir que estava tudo bem. Que também aquele momento iria passar, como tantos outros. Não havia refúgio no passado. Não havia perspectiva de presente. Não havia projeto para o futuro.

É uma violência perder o espaço do sonho, do desejo, do amor abstrato. Ninguém aguenta mais tanta tristeza e tantas notícias ruins. No entanto, fingir que elas não existem não as fará desaparecer. A experiência que vivemos de assombro, de medo e de percepção da nossa finitude, com a morte presente diariamente nas nossas vidas, foi uma experiência definitiva. Nós, entre aqueles que não perderam a capacidade humana de se emocionar, jamais seremos os mesmos a partir da pandemia, a menos que tenhamos perdido a humanidade.

Quase uma década depois, e sofrendo os retrocessos do autoritarismo e dos preconceitos, forjados em espaços antes inexistentes, aqui estamos, mais do que nunca precisando formular a pergunta essencial: a linguagem do afeto, o reconhecimento de tantos direitos, a promulgação de tantas leis, têm nos transformado em seres humanos melhores? Estamos usando a rede de proteção como afirmação da felicidade ou como ferramenta de satisfação e prazer, para aplacar o desejo narcísico de nada enxergar senão o espelho?

Escolhi, então, incluir novas histórias desse tempo recente. Histórias tristes, de perplexidade e de lutos. Muitas delas sem resposta. Escolhi, também, dar voz às mulheres, grupo que mais sofreu e tem sofrido com a escalada do ódio e da misoginia. Mesmo nesse cenário devastador, a nossa sobrevivência tem sido uma afirmação à vida.

Tanto as mudanças boas quanto as ruins, tanto as transformações humanas quanto às pós-humanas vieram para ficar. A fragmentação e a fragilidade das relações afetivas, em um país tão desigual quanto o Brasil, é uma realidade sem retorno. Daí porque é importante olhar para a realidade com coragem e curiosidade, evitando que os faróis se voltem para o passado e não projetem o futuro.

E, como um antídoto potente para o ódio, registro um símbolo de afirmação do amor e da humanidade. Um texto do meu João para Marta. Dois jovens, que aos 27 anos, crescidos nesse mundo aparentemente caótico, decidiram compartilhar a vida, os desejos e os sonhos. Ao afirmar, publicamente, os seus votos, em espanhol, para a mulher catalã, João nos ensina que, mesmo injusta, a vida, o amor e os desejos são uma experiência forte e luminosa. Em uma tradução livre, disse ele:

Por que as pessoas se casam? Por que nós nos casamos? Há quase um ano fazemos essas perguntas e há quase um ano temos as mesmas respostas: pela festa, pelos documentos e para prover um ambiente familiar estável para os nossos gatos. Sem

dúvida, também nos casamos por isso, mas, por trás dessas brincadeiras, havia algo mais sério, mais profundo, que nem eu, nem você queríamos dizer em voz alta, em uma mesa de bar. Pois bem. Agora, cercados de amigos tão queridos, sinto que finalmente é o momento ideal para dizer o verdadeiro motivo disso tudo. São muitas as razões, mas escrevi, para não esquecer nenhuma.

A primeira, e talvez a mais óbvia, é que nos casamos por amor. Mas não pelo amor ideal. Não pelo amor de “felizes para sempre” dos péssimos filmes de Hollywood ou do Instagram. Nós sabemos muito bem que esse amor é somente uma fonte de frustrações e expectativas irreais. Nos casamos, isso sim, por um amor que nasceu em um dia de verão no Rio. Um amor suado, cheio de areia, sal, samba e caipirinhas. Nos casamos porque esse amor, diferentemente daquele de Hollywood, existe. Porque é tão tangível e real que é possível vê-lo e tocá-lo. E é exatamente o que fazemos há pouco mais de cinco anos.

Aceitamos as contradições desse amor humano e concreto, em troca de poder senti-lo na nossa pele. Aceitamos suas surpresas e imperfeições, em troca da segurança de que nosso amor, hoje, existe. Um amor terno, discreto, intenso, simples e real. É por esse amor que, hoje, nos casamos.

A segunda é que casamos porque casar é um ato político. Mais do que reafirmar nossos votos de afeto e cuidado, nos casamos porque essa é a nossa maneira de dizer ao mundo que uma vida com amor é uma vida que vale a pena. É nossa forma de dizer que, onde há amor, há um compromisso firme com a humanidade, a igualdade e com o futuro. Quem ama reconhece suas próprias imperfeições e contradições, mas ao mesmo tempo sabe que lutar para melhorar é um imperativo, não uma opção. Em tempos de ódio generalizado, de guerras, de autoritarismo, amar é um ato revolucionário. E por isso também nos casamos. Para que o nosso amor seja precursor de uma

revolução silenciosa. Para que nosso amor nos faça melhores e inspire as pessoas que nos cercam a melhorar também.

Em terceiro lugar, casamos porque sabemos que o amor, assim como a utopia, não é um ponto de chegada, mas um caminho, um motivo para caminhar. E esse casamento é exatamente isso: um passo em direção a esse amor e a esse projeto. Um pequeno passo que, espero, será uma interminável jornada de autoconhecimento, autocompreensão e automelhora ao teu lado. Esse casamento é a afirmação de que sabemos que nunca chegaremos ao nosso destino, mas que nunca deixaremos de desejar caminhar até ele.

Em quarto e último lugar, nos casamos porque temos sorte. Quando penso em todas as pequenas e grandes decisões que tomamos para estar aqui, hoje, cada vez mais me dou conta de que não tomamos decisão nenhuma. Um dia, Gustavo me chama para subir uma montanha, no Rio. Vou e conheço Pedro Santos. Convido Pedro para uma cerveja depois da aula, e Pedro me convida para dentro da sua vida. E me apresenta um mundo novo, de cultura, detalhes e delicadeza. E, como se não fosse suficiente, me apresenta a você. Cada microdecisão, cada palavra trocada, cada pequena ação involuntária ao longo desse período nos trouxeram aqui, hoje. É o que dizia Woody Allen: “A gente tem medo de reconhecer que grande parte da vida depende da sorte. Assusta pensar quantas coisas fogem ao nosso controle.” Hoje, não me assusto nem tenho medo. Agradeço à sorte, a Deus ou como queiram chamar. Agradeço por ter chegado até aqui e peço, se é que se pode pedir alguma coisa, que também tenhamos a sorte de envelhecer juntos, assim como envelheceram meus avós e os seus. Quero ter a sorte de viver mais cinquenta anos, para que possa despertar, velho, ao teu lado. Te abraçar, olhar nossos cabelos brancos, e acordar para uma bela vida que, oxalá, tenhamos vivido.

Nos casamos, Marta, por isso. Pela esperança de ter sorte, e para agradecer a sorte que tivemos até aqui. Te amo.

Assim como Clarice, em *Água viva*, também eu “sei bem o que quero aqui: quero o inconcluso. Quero a profunda desordem orgânica que, no entanto, dá a pressentir uma ordem subjacente. Quero a experiência de uma falta em construção”.

Dez anos depois, a vida não é justa. E, ainda assim, é a vida.

Se eu pudesse esse amor todo dia

Não foi uma escolha fácil empacotar cinquenta anos de vida e se mudar para o Rio de Janeiro, para viver com Isolda. Não fosse a distância imposta pelo exílio e os longos anos de espera, é possível que Anna jamais tivesse tomado tal decisão. A anistia anunciava novos tempos e novas esperanças. Eram mulheres independentes, revolucionárias. O armário que as aprisionou por quase duas décadas não combinava com o futuro que se anunciava.

Elas se conheceram ainda em Belo Horizonte, no curso normal. A intimidade e o amor que compartilhavam foi um segredo. Uma vergonha bem guardada, como costumava dizer ironicamente Anna, quando já não mais se submetia aos preconceitos e aos controles familiares.

O que para muitas mulheres era uma crise anunciada – chegar ao meio século – para Anna foi a libertação. Sob os protestos e o preconceito dos sobrinhos e tios, mudou-se para o apartamento de Copacabana, para viver em outro estado. Não identificava se a reação da tradicional família mineira era resultado da ignorância, que odeia sem pudor, ou do ressentimento, pela privação do balneário, destino preferencial dos agregados, nos verões iluminados com vista para o mar.

A condição econômica equilibrada e a escolha de não ter tido filhos faziam de Anna uma mulher materialmente independente e sustentável.

Em Copacabana, viveram juntas por mais de trinta anos. A distância dos familiares mineiros era suprida pela acolhida calorosa, nas mesas dos domingos, na casa do irmão de Isolda. Nenhum patrimônio foi adquirido nessas três décadas em que publicamente se apresentavam como amigas da juventude, que compartilhavam a mesma casa, o que, para todos, parecia muito natural.

Pouco se falava, no final dos anos 1980, sobre uniões homoafetivas. Ainda era um amor sem nome, o que dificultava as conversas sobre obrigações e deveres. Cada qual com seu plano de saúde. Cada uma com seu contracheque. Anna, mais rica que Isolda, sempre responsável pela manutenção da casa, pelas viagens, que eram muitas. Depois do nascimento das duas sobrinhas da companheira, foi ela quem assumiu, com a generosidade de uma tia, os encargos financeiros da escola até a universidade das crianças.

Foi dela também a ideia de que as meninas, já universitárias, se mudassem para um apartamento pequeno que lhe pertencia e que se encontrava vazio, na Urca.

Com o tempo, o passado opressivo e a rejeição da família genética não mais a incomodavam. E, como nos acostumamos com o fluxo tranquilo da vida, como se as intempéries não fizessem parte dessa mesma realidade, também Anna e Isolda passaram mais de trinta anos compartilhando o cotidiano e o afeto, como se o futuro feliz fosse um destino óbvio e natural.

A primeira preocupação veio com o primeiro esquecimento. Ambas com mais de oitenta anos, era normal que vez ou outra deixassem de lembrar os nomes das cidades, das ruas ou dos muitos filmes a que assistiram juntas. Mas se esquecer do aniversário, além de inédito, acendeu a luz vermelha, que Isolda se recusava a enxergar.

A sobrinha mais jovem, agora com 25 anos, era uma advogada competente e recém-formada. Era também a confidente de Isolda, para quem ela revelou seus temores com o fantasma misterioso de uma provável doença, que se interpunha entre ela e Anna.

Com Anna diagnosticada com Alzheimer, Isolda viu seu amor, dia a dia, se distanciando do seu presente e se descolando do passado, condenando-a à guardiã solitária das memórias de um tempo em que compartilharam a existência. “Chega perto, vem sem medo”, música repetida pela insistente Isolda, na voz de Tom Jobim, não fazia mais sentido para Anna, cujo olhar se fixava em um ponto distante e inacessível.

Alertada por Renata, a sobrinha, Isolda pretendia ajuizar uma ação para o reconhecimento da união homoafetiva. As urgências da vida deixavam para o dia seguinte a burocracia pela procura dos papéis e documentos, necessários para o processo. Além do mais, a urgência eram as demandas concretas de Anna, e nem mesmo uma curatela ou procuração foi necessária. Isolda tinha acesso a todos os cartões e senhas da companheira, o que lhe permitiu seguir a vida, sem qualquer preocupação que não fosse a saúde, não só de Anna, mas a própria, que também começava a falhar. Caminharam juntas para a velhice, e a experiência das restrições e limitações, embora raras e previsíveis com o passar do tempo, exigia adaptação, nem sempre fácil, especialmente porque sempre foram donas dos próprios desejos e autônomas na busca por soluções.

A primeira internação de Anna não foi um problema. O médico, amigo de ambas, conhecia a relação afetiva, e nenhuma restrição lhe foi imposta para permanecer no hospital, como acompanhante da mulher.

Mas, além do Alzheimer, o tempo agia sobre as duas parceiras, e o declínio da saúde, decorrente do envelhecimento, era inevitável. Quase um ano de avanço da doença de Anna, e o cotidiano já havia incorporado os problemas. Impressiona a capacidade de assimilar as restrições do dia a dia, e deixar que a vida siga seu rumo, apesar de...

Renata, sempre que se encontrava com a tia, voltava ao assunto da união estável e tentava fazê-la compreender a necessidade de um planejamento sucessório, caso uma das duas viesse a faltar.

Isolda, quer por defesa, quer por medo de enfrentar a realidade, escapava e parecia mesmo não se preocupar com o adiante. Viver ao lado da mulher que amava e vê-la esquecendo todos os dias era uma morte antes da morte. Um luto que só não se tornou crônico pelo afeto da família, que não a deixava sozinha um dia sequer.

Em pouco tempo, a casa, espaço íntimo e permitido apenas aos muito próximos, virou uma terra de ninguém. Entre cuidadores, fonoaudiólogos, fisioterapeutas e enfermeiros, o rodízio era interminável. Quando Isolda ameaçava alguma reação mais aborrecida, pensava na sorte de ambas por terem acesso a tantos cuidados, sem dependerem de ninguém. Uma ironia da vida, que fazia com que a dolorosa experiência se transformasse em privilégio. A desigualdade causa paradoxos inacreditáveis.

O que parecia ser um destino longo e triste até a despedida foi abreviado pelo confinamento causado pela pandemia. Agora, Anna e Isolda não eram apenas assombradas pela idade e pelo esquecimento. Eram vítimas potenciais de um vírus, que as isolou das meninas e do carinho que as mantinha emocionalmente amparadas. Falavam-se pelas câmeras, e pelas câmeras os cuidadores eram rigorosamente orientados sobre as prevenções embebidas em álcool em gel.

Embora Anna tivesse sido contaminada, a doença não se manifestou. Isolda, ao contrário, precisou ser internada, quando a respiração, de uma hora para outra, a fez desmaiar.

Com o acesso interdito ao hospital, e encaminhada diretamente à unidade de terapia intensiva, Isolda não participou das decisões existenciais do próprio fim, não se despediu de Anna e mal teve garantido o acesso a seus documentos pessoais, para que Renata registrasse o óbito e pedisse autorização para a cremação.

Enquanto Isolda respirava por aparelhos, os sobrinhos de Anna, de quem elas nunca mais ouviram falar, entraram na casa da tia, desconectada e alheia ao mundo, assumiram o comando dos cuidadores e, com um termo de curatela em punho, trazido de Belo Horizonte, a

transferiram para uma confortável casa de longa permanência, próxima à capital mineira.

A ordem judicial para ingressar no imóvel em que viveram – e ter acesso aos pertences pessoais de Isolda – foi garantida no plantão judicial. A história foi contada por uma sobrinha indignada, que avaliava se deveria ajuizar uma ação para que a união fosse reconhecida depois da morte. Desistiu quando constatou que, na falta de testamento, e tendo Isolda partido antes de Anna, o seu único imóvel na região serrana seria herdado pela companheira e, por consequência, usufruído pelos sobrinhos, cujo único vínculo era sanguíneo.

Não é agradável falar da morte. No entanto, a procrastinação no planejamento do futuro as levou à injustiça no momento derradeiro. Imaginei que nada poderia ser mais ofensivo à dignidade da experiência amorosa vivida pelas duas do que a família usurpando o patrimônio construído como um valor simbólico da vida.

Embora tudo parecesse fútil e sem sentido, especialmente naquele junho de 2020, não consegui enxergar Anna e Isolda como números nas estatísticas que normalizavam a morte. A falta de planejamento atingia a todos, notadamente depois da experiência da pandemia. No caso dos relacionamentos homoafetivos, os impactos eram e são mais perversos, e proporcionais à intolerância e ao preconceito.

Anna e Isolda mereciam uma despedida melhor.

MARIA CATARINA, 34 anos

Natália e eu não nos preocupamos com nada. Nós já estávamos juntas há quase três anos, e a Naty queria ter um filho de qualquer jeito. Eu nunca quis ser mãe, mas queria muito que ela realizasse aquele desejo. Quando ela pediu, acabei topando, mesmo achando que podia não ser uma boa pra nossa vida.

Quando começamos a procurar inseminação artificial, foi um susto. Não tinha ideia do preço. Era um absurdo, estava muito além do valor que a gente tinha reservado. Fui pedir ajuda para minha mãe, e ela fez um discurso político de consciência social. Disse que tinha milhares de crianças em abrigos, que ninguém era menos mãe porque adotava um filho. Pra ela era fácil ficar cagando regra. Engravidou sem querer, sabia o que era ser mãe. Acabamos brigando. Ela disse que eu era muito mimada e que precisava amadurecer e crescer antes de tomar uma decisão tão definitiva. Um saco ter uma mãe que se acha o máximo e vive criticando tudo o que a gente faz.

Mas a Naty queria muito. E eu queria muito a Naty. Uma inseminação caseira era o melhor caminho. Tínhamos um amigo que parecia muito gente boa. Todas as vezes que falávamos no assunto, ele, meio que brincando, dizia que estava disponível.

Foi bem estranho o dia em que ele passou lá em casa para doar o sêmen. Antes, nós fomos bem objetivas. O filho era nosso. Ele nunca ia contar que era o doador. Ele topou. Não funcionou na primeira vez, mas ela estava obstinada. Três tentativas depois, ela engravidou.

Nós estranhamos quando o Marcos começou a aparecer lá em casa sem avisar. Uma vez, cheguei no meio da tarde e encontrei ele lá, acariciando a barriga da Natália. Por mais que ele dissesse que tinha entendido o papel dele nessa história, era visível que ia dar confusão.

Não deu outra. Quanto Betânia nasceu, não quiseram colocar o nome de nós duas na declaração de nascido vivo. Explicaram que tinha que apresentar uma declaração, com firma reconhecida do diretor da clínica de reprodução. Não adiantou nada a gente dizer que a filha era nossa.

Agora, entramos na Justiça e estamos esperando a juíza decidir. Vimos que no Paraná já tem uma decisão garantindo o registro. Mas o pior é que o Marcos agora contratou um advogado e quer o nome dele na certidão também. Eu sabia que não podia confiar em homem.

Minha mãe, que fez tanto jogo duro pra ajudar a pagar uma inseminação, agora tá apaixonada pela neta e ficou puta com o comportamento do Marcos. Acha que ele é um oportunista, sem ética e sem palavra. Resolveu contratar o melhor advogado que ela conhece.

Claro que a gente precisa dessa força. A grana continua curta. Mas, se ela tivesse sido um pouco menos egoísta e ajudado quando a gente pediu, ela teria gastado menos dinheiro e energia do que está gastando agora. O discurso dela só serviu pra dar mais trabalho. Que saco!

Em quase duas décadas como juíza de uma Vara de Família, Andréa Pachá testemunhou o fim de inúmeras histórias de amor. Como uma espectadora privilegiada, presidiu milhares de audiências que envolviam divórcio, pensão alimentícia, guarda e partilha de bens. Depois de todos esses anos de reflexões e histórias, a juíza pôs sua faceta de escritora a recriar em palavras esse mundo: *A vida não é justa* é um conjunto de crônicas que trazem toda a diversidade das experiências humanas quando o assunto é família.

Dez anos depois de seu lançamento, o livro ganha uma edição comemorativa, com textos inéditos e depoimentos ficcionais que, de alguma forma, refletem as mudanças vertiginosas que a sociedade viveu em um período tão curto. Um desafio cuja dimensão difusa a própria autora reconhece:

“Não é fácil ser contemporânea das transformações. A ação do tempo e as mudanças da vida são, na maioria das vezes, imperceptíveis. Assim como o fim do amor, cujo momento não se consegue diagnosticar até que leve a rompimentos e rupturas. Também as trivialidades, os comportamentos, as modas e os costumes alteram a rotina e se instalam sem que sejam percebidos. Quando encaramos a deterioração, na estrutura da realidade, aparentemente inexplicável, é inevitável questionar: como chegamos até aqui?”

SAIBA MAIS:

<https://www.intrinseca.com.br/livro/1229/>